



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - ATL

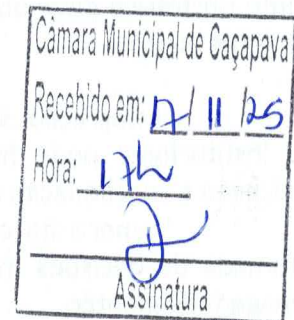
OFÍCIO N° 447/2025/ATL/PGM

Caçapava, 17 de novembro 2025.

Exmo. Sr.
Vereador Rodrigo Meireles Cursino
Presidente da Câmara Municipal de Caçapava

Assunto: Manifestação sobre Projeto de Lei

Senhor Presidente,



Tenho a honra em cumprimentá-lo e encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal, as razões do **veto total** ao **Projeto de Lei n° 149/2025** que ***"dispõe sobre o direito à permanência do profissional fisioterapeuta durante o trabalho de parto das gestantes em maternidades, bem como em hospitais públicos e privados no Município de Caçapava, e dá outras providências"***, aprovado por esse Legislativo.

Reconhece-se o valor técnico e o caráter complementar da atuação da fisioterapia obstétrica no período perinatal. Contudo, a redação atual do projeto apresenta inconsistências de ordem jurídica, ética e de segurança assistencial, que exigem aperfeiçoamento antes de eventual sanção.

O parágrafo único do artigo 1º estabelece que o custeio dos serviços do fisioterapeuta escolhido pela parturiente será de responsabilidade da própria usuária, excluindo o poder público de qualquer encargo financeiro. Essa disposição contraria os princípios constitucionais da universalidade e da gratuidade da assistência à saúde (art. 198 da Constituição Federal) e o princípio da equidade, previstos na Lei n° 8.080/1990, que rege o SUS.

Ao condicionar a presença do profissional ao pagamento direto pela gestante, o projeto cria distinção entre parturientes da rede pública, ferindo o caráter igualitário do atendimento obstétrico.

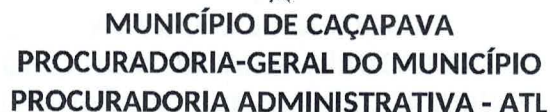
A autorização para ingresso de profissionais externos contratados diretamente pelas parturientes gera incertezas quanto à responsabilidade técnica e civil por eventuais intercorrências, além de potenciais conflitos quanto ao vínculo laboral entre o hospital e o profissional externo.

Rua Capitão Carlos de Moura, 243, Vila Pantaleão, Caçapava - SP

CEP: 12.900-050 - Telefone: (12) 3654-6656 - e-mail: atlas@caçapava.sp.gov.br

com o identificador 3700300032006400630003A00540052004100. Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





De acordo com manifestação técnica da equipe da Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava - FUSAM, a presença de profissionais externos em ambiente obstétrico deve observar condições estritas de integração e supervisão. Destacam-se os seguintes pontos:

*Mecanismos de contingência: é necessário prever normativas internas que permitam suspender a atuação do fisioterapeuta acompanhante diante de risco materno-fetal, conflito técnico ou necessidade de adoção imediata de condutas emergenciais.

Além disso, atribuir à gestante o ônus financeiro pela permanência do profissional representa tratamento desigual e potencial discriminação socioeconômica, o que é eticamente incompatível com os princípios da política pública de saúde.

Diante do exposto, o Projeto de Lei nº 149/2025 mostra-se juridicamente inviável e administrativamente inadequado, motivo pelo qual decido vetá-lo integralmente, com fundamento no artigo 47 da Lei Orgânica do Município de Caçapava, em simetria com o §1º do artigo 66 da Constituição Federal, o que ora submeto à elevada apreciação do Egrégio Plenário dessa Colenda Casa de Leis.

Respeitosamente,

YAN LOPES DE
ALMEIDA:
46153491812

Assinado digitalmente por YAN LOPES DE ALMEIDA:4615349181
DN: CN=B, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A3,
OU=Presencial, OU=37644555500186, OU=CA SyngularID
Multiple, CN=YAN LOPES DE ALMEIDA:46153491812
Razão: Eu concordo com os termos definidos por minha assinatura
neste documento
Liberção, Capaçava
Data: 2024-11-17 16:26:17
Email: Roderio.Versato.BJ.1

Dr. YAN LOPES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

